

O Euro ao Serviço da Europa Política

Guilherme d'Oliveira Martins*

Já quase tudo foi dito sobre a nova moeda. Mas talvez ainda falte compreender que estamos perante um facto histórico sem paralelo, que abre oportunidades excepcionais para a União Europeia, que temos de saber explorar:

“Um grande estadista é o que trabalha para objectivos de longo prazo que eventualmente correspondem a situações *não antes ocorridas*”

Jean Monnet

Já quase tudo foi dito sobre a nova moeda. Mas talvez ainda falte compreender que estamos perante um facto histórico sem paralelo, que abre oportunidades excepcionais para a União Europeia, que temos de saber explorar. A União Económica e Monetária é o natural complemento do mercado único. Em Maastricht houve naturais receios e resistências. Mas com o apontar para a criação de uma só moeda, foi dado o sinal inequívoco de que a Europa desejava construir uma *solidariedade funcional* que se pudesse tornar um antídoto contra os riscos de fragmentação e um factor activo de paz. No entanto, este desejo está ainda longe de se realizar se não se compreender que há uma dimensão política e cívica a considerar e a desenvolver.

Fique claro, porém, que o Euro é um instrumento - que deve favorecer a estabilidade económica, financeira, mas também social e política, dos Estados europeus e da União. Não estamos perante um fim. A Europa, e não exclusivamente os países da moeda única, passa, no entanto, a ter condições para funcionar com mais coerência e complementaridade - constituindo um espaço aberto de criatividade e de inovação. A introdução física da nova moeda vai permitir-nos um novo passo em frente, apesar da incerteza e das dificuldades da actual conjuntura económica. Haverá, assim, a capacidade de pôr em comum as nossas melhores qualidades e de avaliar as nossas limitações, para as podermos superar. Longe de pôr em causa os Estados nacionais, o Euro poderá contribuir para a sua modernização, no âmbito da mundialização.

* Ministro das Finanças

O Euro é um motivo adicional de confiança e um factor de unidade e de diferença. Motivo de confiança porque nos permite, a todos os países europeus, contarmos com uma moeda forte, com indiscutível influência na ordem internacional. Factor de unidade, na medida em que exige um esforço real e partilhado de convergência real entre todos e uma política de coesão social e económica duradoura e eficaz. Factor de diferença, uma vez que deve permitir a cada um dos Estados europeus e às comunidades, segundo o velho princípio da subsidiaridade, a afirmação das identidades e especificidades - que enriquecem o projecto comum e definam uma comunidade de democracias que recuse a homogeneidade e a uniformização.

O Euro vai permitir sentirmo-nos e sermos mais europeus. A sua criação obriga, contudo, a responsabilidades políticas e cívicas acrescidas. Ao egoísmo das nacionalidades temos de saber contrapor o sentido dos valores comuns, da igualdade e das diferenças. À fragmentação política temos de opor uma defesa coerente de interesses comuns - com instituições democráticas baseadas num espaço público europeu, na igualdade dos Estados e dos cidadãos e na recusa dos privilégios de um directório. À lógica burocrática e centralista de um super Estado devemos sobrepor uma autêntica partilha de soberanias, que permita à Europa ter uma voz respeitada e influente na cena mundial, envolvendo os cidadãos europeus. No fundo, o Orçamento da União Europeia deverá ter no futuro uma dimensão mais consentânea com uma política de coesão e de equidade e a União Política deverá ser mais visível, eficaz e assente na defesa dos interesses vitais comuns.

O Euro determina maior exigência. Há mais compromissos para os Estados decorrentes da exigência de solidariedade e de coesão social e económica. Em especial, o processo de alargamento da União não poderá esquecer os compromissos necessárias para a participação

na moeda única. Tem de haver aí muita clareza, designadamente quanto à eventual concretização de uma arquitectura de círculos concêntricos - com a criação de um núcleo mais activo e dinâmico da União Europeia. O Pacto de Estabilidade e Crescimento, lido com inteligência e flexibilidade prudente, deve ser, por isso, cumprido, como factor positivo de disciplina e de rigor, de limpeza das contas públicas e como indutor de convergência real, de maior competitividade e justiça e de harmonização fiscal nas economias europeias. O Euro deve constituir-se, assim, em oportunidade para o equilíbrio das contas públicas, para uma maior harmonia entre regulação pública e mercado e para a consolidação do modelo social europeu.

O início da circulação do Euro é um facto político e cívico da maior relevância. Devemos, por isso, apostar num forte impulso de desenvolvimento e na criação de um autêntico elemento de estabilidade. As mudanças estruturais tornam-se necessárias, um reformismo sério e consistente revela-se obrigatório. Não se pense, porém, que essa tendência pode resultar do mero voluntarismo. As sociedades europeias são chamadas à formação de consensos duráveis e à aceitação dos conflitos e das diferenças e da sua regulação. 2002 deve ser, por isso, um ano de obrigações acrescidas para todos, de rigor e de coesão, de convergência e de complementaridade.

«Que Perigo temeis? – Que a Europa seja marginalizada pela história.»

Jacques Delors.

O início da circulação de uma nova moeda na Europa obriga a uma reflexão cultural e política. Afinal, trata-se de lidarmos com um elemento de forte simbologia - a moeda - ligada aos conceitos tradicionais de identidade e de soberania. É certo que só o século XIX e a circulação fiduciária trouxeram, com as revoluções liberais e o constitucionalismo, esta ligação forte dos Estados nacionais ao atributo monetário da soberania. Antes, a monarquia absoluta e as relações políticas do antigo regime ou o padrão ouro davam uma importância menor à soberania civil monetária. As repúblicas italianas basearam, é certo, o seu poder na moeda e nos jogos finan-

ceiros. Mas era possível ir desde a corte de Lisboa a S. Petersburgo, até final do século XVIII, sem trocar moeda nem mostrar passaporte. A consagração da soberania popular, o assumir dos deveres de cidadania ligados à fiscalidade e à conscrição militar, a afirmação dos parlamentos como câmaras financeiras e de imposto - tudo isso, depois dos grandes movimentos na sequência da gloriosa revolução inglesa e da revolução francesa, levou primeiro ao nacionalismo liberal, de que a “primavera dos povos” (1848) foi um exemplo marcante, e depois ao proteccionismo, com as consequências bem conhecidas durante a segunda revolução industrial, em especial pelo surgimento de nacionalismos agressivos e totalitários, que floresceram depois da primeira grande guerra e alimentaram a segunda... As moedas nacionais

funcionaram, nesses períodos, como símbolos de independência, mesmo quando as crises as atingiam fortemente, como no caso do marco alemão no período de hiperinflação do início dos anos vinte, com consequências sociais desastrosas.

Perece-se, pois, como não é possível desligarmo-nos simbolicamente desta longa história de símbolos e de sinais.

Quando as Comunidades Europeias evoluíram desde o mercado comum e da união aduaneira, com liberalização dos factores de produção e coordenação de políticas, até à união económica, com harmonização de diversas políticas, em especial a monetária, iniciou-se um caminho inédito. No início dos anos setenta, o luxemburguês Pierre Werner preconizou e propôs a criação da moeda única até 1980, mas a crise do sistema monetário internacional impediu a concretização desse ambicioso mas necessário objectivo. De início não houve, porém, a definição de um centro de decisão comunitário e supranacional, contra o que desejava o proponente... Em vez de uma solução concreta foi adoptado um eufemismo, que punha as instituições da Comunidade perante as suas responsabilidades em matéria económica e monetária, as quais deveriam ser exercidas “com eficácia e rapidez”. O relatório foi apresentado inicialmente em Outubro de 1970 e aprovado em Março do ano seguinte. Mas em Maio a sua execução foi suspensa, perante o agravamento da crise internacional, e as decisões dos governos alemão e holandês de colocarem em livre flutuação o marco e o florim... Ficaria, no entanto, o mecanismo disciplinador da “serpente no tú-

nel”, com uma vida atribulada, substituído em Março de 1979 pelo Sistema Monetário Europeu e pela criação de uma unidade de conta europeia (o ecu)... Estava em causa lançar as bases do mercado interno e favorecer a concorrência e a abertura de fronteiras.

Foi a necessidade do reforço do mercado europeu que determinou a adopção de medidas no campo monetário. Sem elas a concorrência seria posta em causa e a livre circulação dos factores de produção tornar-se-ia limitada... No entanto, e é essa reflexão que nos importa, esse caminho foi determinando consequências culturais e políticas. Uma moeda única conduz a um novo conceito de fronteira e uma nova relação entre as diferentes identidades nacionais. As fronteiras passam a ser entendidas como linhas de encontro e de diferença, deixando de ser factores de separação, de incompreensão ou de indiferença. As várias identidades nacionais não são já concebíveis como fins em si ou como absolutos - definem-se pelo que as distingue, mas enri-

Entre os critérios de convergência real tenhamos de considerar a evolução do emprego e as situações do desemprego juvenil e de longa duração.

quecem-se pelo que dão e recebem relativamente às outras nações. E a moeda, como medida e reserva de valor, passa a funcionar como um instrumento que cria um denominador comum - tornando a livre circulação de pessoas, de mercadorias, de serviços e de capitais, um factor de intercâmbio de experiência e de ideias. Montesquieu falava do “doce comércio” como elemento favorável à paz e à compreensão entre as pessoas e os povos. Devemos lembrá-lo. Hoje a reflexão cultural sobre uma nova moeda única conduz-nos de novo a essa ideia de trocas criadoras.

Nos dias que correm, há compromissos fortes e exigentes. Há um Pacto de Estabilidade e Crescimento, que deve ser lido com rigor e inteligência - e não com zelo fundamentalista. Há uma moeda que pretende ombrear com o dólar americano. Não está aí, porém, o ponto essencial da moeda única. O Euro tem de se tornar um factor político de coesão. Para tanto, há a necessidade de coordenar políticas económicas e sociais, como questões



de interesse comum. Como tem defendido Jacques Delors, é indispensável que o tema da coesão e das políticas sociais esteja, mais do que nunca, sobre a mesa. Daí que entre os critérios de convergência real tenhamos de considerar a evolução do emprego e as situações do desemprego juvenil e de longa duração. Por outro lado, em lugar de uma lógica neoliberal ou monetarista, torna-se indispensável cuidar de uma coordenação de políticas económicas, bem como do investimento público e das políticas de coesão - sob pena de pormos em causa os objectivos da União, designadamente os definidos no Conselho Europeu de Lisboa, no sentido de tornar a economia europeia a mais competitiva e inovadora, em especial considerando a revolução científica e tecnológica. "Se agora sacrificarmos o investimento público e privado, pagaremos caro por isso nos próximos dez anos" - alerta Delors. No fundo, temos de um lado a necessidade de uma Europa social, promotora do emprego, da repartição de rendimentos e recursos e apta a combater a exclusão, tornando-se uma sociedade equilibrada e justa; e de outro uma comunidade que deve promover o investimento reprodutivo e garantir o desenvolvimento sustentável das suas economias.

Assim, e voltando às implicações culturais e políticas da nova moeda, temos de reforçar a ideia segundo a qual a Europa deve preservar e aprofundar o seu *modelo social*, criando condições políticas para que as decisões de interesse comum não esqueçam esse objectivo. Para tanto, a União Europeia

deve concentrar-se numa estratégia que lhe permita (i) contribuir para uma ordem internacional de justiça, desenvolvimento e paz, com voz activa num mundo de polaridades difusas; (ii) assegurar

um futuro económico que preserve o investimento reprodutivo, ataque os défices públicos viciosos e defenda o emprego; e (iii) criar um espaço de justiça e segurança centrado no respeito dos direitos e deveres fundamentais da cidadania democrática.

Eduardo Lourenço, em 1994, referia um certo desejo hoje sentido na Europa de esconjurar a influência americana. Os últimos acontecimentos obrigam-nos a recusar esse tipo de tentação - uma vez que o mais importante é amadurecermos o projecto europeu. O mundo precisa de equilíbrio nas influências e nos poderes, mas também necessita de vontades claras e coerentes, assentes em projectos de futuro. O equilíbrio de poderes na ordem internacional exi-

ge uma Europa com a casa arrumada (preparando bem o alargamento, com salvaguarda da coesão), com pluralismo e diferenças, mas sentido do interesse comum. A comunidade plural de destinos e valores precisa de realismo e de capacidade de agir. A importância do princípio da subsidiaridade vem do facto de apenas

devermos pôr em comum o que não podemos fazer por nós, nas comunidades locais, regionais ou nacionais. Seria um erro continuar a dar poderes à União que devem manter-se nos Estados ou abaixo das competências nacionais. Essa fuga para diante só nos fará atrasar o progresso do que não pode deixar de ser supranacional. A União política, como União de direito, deve cuidar, por isso, da afirmação externa e da

segurança comum e proporcionar um governo económico orientado para o desenvolvimento e a justiça.

Como defenderemos a criação europeia e os nossos produtos? Não através de um novo proteccionismo ou de

um nacionalismo europeu - mas sim através da qualidade e da competitividade... "A defesa - dizia Eduardo Lourenço - não reside noutra coisa que na capacidade europeia - de uma Europa solidária - em oferecer produtos que se imponham por si mesmos". Em lugar de uma qualquer "melancolia", em nome de "um patriotismo europeu que não existe", devemos criar, inventar, reforçar "a Europa que já existe", vencendo "dentro de nós os demónios nacionalistas que durante séculos nos dividiram - mas também nos criaram tais como somos - cidadãos de uma Europa de nações". No fundo, para o ensaísta de *A Europa Descantada*, "o resto virá por acréscimo". O Euro poderá tornar-nos mais consciente disto mesmo? ■

